

REVISTA CIENCIAS HUMANAS-UNITAU

DOSSIÊ DIREITOS HUMANOS

Organizadores:

Dra. Elisa Maria Andrade Brisola- UNITAU;

Doutoranda Sabrina Diniz Bittencourt Nepomuceno - RENAP.

Dr. Felipe Mello da Silva Brito- UFF

## **APRESENTAÇÃO**

A proposta ora apresentada é coordenada por pesquisadores que estudam os Direitos Humanos no Brasil, mas que entendem a necessidade de alargamento do diálogo com pesquisadores dos demais países latino-americanos.

Nesse sentido, objetiva-se nesse dossiê, reunir artigos que expressem, de forma interdisciplinar, resultados de estudos e pesquisas nas diversas manifestações/violações dos direitos humanos, seja no campo ou na cidade, entre os diferentes segmentos que sofrem tais violações no contexto contemporâneo.

Evidentemente, se reconhece os limites à realização dos Direitos Humanos na sociedade capitalista, contudo, entende-se que a sua efetivação deva superar seus aspectos positivados, seja na realização crítica desses, como no avanço das conquistas que levem à emancipação humana.

A história do Brasil e do conjunto de países da América Latina é marcada pela desigualdade social e violação de direitos humanos as quais abarcam inúmeras áreas da vida humana, desde a apropriação de terras, da cultura e de corpos.

Apesar dos inúmeros avanços nas legislações internas e pactuações internacionais, as violações ainda são recorrentes no cotidiano das cidades e no campo; entre jovens negros, mulheres, população LGBTT, indígenas ou quilombolas.

Por outro lado, ainda que tenhamos direitos garantidos em Lei, é importante mencionar que “*não existe direito sem a sua realização e sem suas mediações.*” VIEIRA, 2004, p. 61). Assim, a realidade de privações dos Direitos Humanos impõe a necessidade de evidenciar as mediações que expressam os interesses antagônicos que perpassam as relações das classes sociais no sistema capitalista de produção no contexto da cidade e no campo por meio, especialmente, de uma abordagem que dê relevância à ação de sujeitos que protagonizam a luta de classes para a efetivação das políticas sociais na perspectiva da autonomia a partir de um projeto voltado à emancipação humana e, nesse sentido, com a ampla defesa dos direitos humanos.

No contexto de crise do capital se apresentam violações dos Direitos Humanos, abarcando o acirramento de situações de violência urbana, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, machismo, racismo, xenofobia, homofobia, dentre outras pautas.

Em busca por mediações para debater essas temáticas na realidade brasileira encontram-se situações que, se por um lado, se evidencia a organização de movimentos feministas, a defesa jurídico-formal direta ou indiretamente de questões de proteção ao direito da mulher, dos indígenas, de eliminação do racismo, da homofobia, da promoção de liberdades fundamentais e da promoção do direito à autodeterminação, dentre outras, por outro lado, se fortalece o movimento conservador que critica a organização política de setores que possuem especificidades, alegando que setores de esquerda visam dividir a sociedade para “gerar conflitos” que dividem a população.

O que se observa na conjuntura atual é a lógica da sociedade burguesa que historicamente substituiu a necessidade humana pelas necessidades do mercado, e que, nas palavras de Marx e Engels (2003, p.28) “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a

implacável liberdade de comércio”, e que, evidentemente, cumpre a defesa dos interesses individuais privados.

A reconfiguração sociopolítica da conjuntura político-econômica no Brasil e na América Latina se coloca como umnexo que relaciona a constituição da reprodução social com a gênese do trabalho e é parte do processo de sociabilização desencadeado na atualidade. Esse processo é uma generalização do conflito da relação capital X trabalho e, ao mesmo tempo, uma particularidade da luta de classes que perpassa a luta pelos Direitos Humanos em diferentes contextos. As necessidades dos trabalhadores se colocam como força motriz para a sua ação política, sendo imperativo considerar o processo de consciência da população que se impõem por meio de ações mediadas pela sua formação ético-moral. Essa também constitui a consciência de classe dos sujeitos, que pode ser favorável ao processo de organização sociopolítica, ainda que tenha níveis diferentes entre seus membros; os sujeitos podem ocupar o seu espaço na particularidade da luta de classes, permitindo a elaboração de um projeto político que pode imprimir uma direção consciente.

A ausência de debates sistematizados e com fundamentação teórica tem dificultado a construção de ações, de estratégias e de respostas dos setores mais organizados, conectadas com uma aproximação do pensamento e da ação diante de situações que exigem novas propostas e alternativas que respondam às demandas cotidianas atuais e que se materializem na singularidade da vida de sujeitos excluídos do acesso a bens e a serviços da riqueza produzida em nossa sociedade, em sua relação com os movimentos sociais para a defesa dos direitos humanos.

Destaca-se que o arrolamento entre o Estado e o capitalismo torna as relações complexas e em determinadas ocasiões o econômico e o político podem parecer não coincidir, porém o desdobramento político em face do econômico não é um acaso (MASCARO, 2013) e está diretamente relacionado ao domínio de classe.

Na atualidade, coloca-se como fundamental buscar elementos presentes no Estado para uma análise que busca responder à sua compreensão na dinâmica contemporânea. Porém, o que se assinala é a importância de compreendermos que o fator econômico é fundamental para dar as bases, mas a relação dialética engloba todos os outros aspectos, bem como o político e o social, por exemplo. Engels (2015) relata que na concepção materialista da história o elemento determinante na história é a produção da vida real.

Nessa perspectiva é que convidamos os pesquisadores que se ocupam não somente em pesquisar os direitos humanos, mas aqueles que se comprometem e lutam pela sua efetivação a participar desse dossiê.

### **OBJETIVOS:**

- Socializar estudos e pesquisas sobre os Direitos Humanos desenvolvidos por pesquisadores na América Latina;
- Estimular o diálogo entre pesquisadores dos Direitos Humanos no âmbito da América Latina;
- Denunciar violações e fortalecer a luta por direitos humanos.

### **REGRAS PARA A PUBLICAÇÃO DO ARTIGO**

- Textos em português, espanhol ou inglês
- Quantidade de páginas: entre 10 a 20 laudas
- Atenda as *diretrizes para autores* da Revista Ciências Humanas

## **Autores**

Para submeter o artigo é necessário que o autor (es) se cadastre no sistema e faça o login na Revista Ciências Humanas e dê início ao processo de submissão. Todos os autores do artigo aprovado para publicação deverão, obrigatoriamente, associar seu número de registro no ORCID (Open Researcher and Contributor ID, <https://orcid.org/>). Os nomes e identificação do autor (es) não devem estar no texto. Tal identificação deve ser feita apenas no sistema da revista.

## **Título**

O título do texto deve ser centralizado, em maiúsculas, com negrito, tamanho 14, no alto da primeira página. Deverá ter versão em inglês logo abaixo do título em português.

## **Resumo e palavras-chave**

O resumo (artigo, resenha, ensaio), precedido desse subtítulo e de dois-pontos em negrito, deverá conter os objetivos, a metodologia, os resultados e a conclusão em um único parágrafo, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, com mínimo de 100 e máximo de 250 palavras, conforme NBR 6028 da ABNT, na mesma fonte do artigo, com a letra inicial em maiúscula, dois espaços simples abaixo do título.

As palavras-chave, de 3 (três) a 5 (cinco), precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, deverão ter as iniciais maiúsculas e ser separadas por ponto e finalizadas por ponto, na mesma fonte do texto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, dois espaços simples abaixo do resumo.

## **Abstract e keywords**

O abstract e as keywords deverão ser precedidos desses subtítulos e de dois pontos, na mesma formatação do resumo e das palavras-chave. Deverá ser colocado após o resumo e as palavras-chave.

## **Estrutura do texto**

O texto deverá ser iniciado dois espaços simples abaixo das keywords, em espaçamento 1,5, com parágrafos justificados e com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos das seções devem ser alinhados à esquerda, em negrito, sem adentramento, com a letra inicial da primeira palavra em maiúscula, sem numeração, tamanho 12.

## **Notas de rodapé:**

As notas de rodapé podem ser referenciais ou explicativas. A nota de rodapé é escrita em espaçamento simples, Arial 11; devem ser numeradas sequencialmente com algarismos arábicos.

### Exemplo:

Rosa Luxemburgo, na polêmica que travou com Eduard Bernstein sobre estas práticas, não teve dúvidas em concebê-las como parte dos aspectos modernos da sociedade russa, isto é, ao seu vir-a-ser e não ao passado em vias de superação<sup>1</sup>

---

1. Cf. SALVADORI, M. “A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massas e sobre as ‘diferenças’ entre Oriente e Ocidente”; in: HOBBSAWM, E. História do marxismo, vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 268 e ss.

## **Citações:**

Se citar a frase entre aspas, a referência do autor deve apresentar-se na ordem: (SOBRENOME DO AUTOR, ano, página).

Se referenciar o autor, para depois fazer a citação, use: Sobrenome (ano, número da página)

## **Citação direta curta:**

A citação no texto é transcrita com aspas duplas, mas, no caso de citação textual curta, de até de três linhas, ela vem incorporada ao parágrafo.

### Exemplo:

Na formula de Marx: “as relações sociais [aparecem...] como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (1985, p. 71).. Neste sentido, é o capital, como uma forma de relações sociais alienadas quem constitui a população que lhe é necessária para seus fins de valorização do valor.

## **Citação direta longa:**

É chamada de citação direta longa quando forem extraídas mais de 3 linhas do texto consultado. As margens são recuadas à esquerda em 4 cm, o espaço entre as linhas deve ser 1 cm (ou simples) e com a letra menor (11) que a utilizada no texto e sem aspas (NBR 10520, item 4.4).

Exemplo:

O terceiro e o quarto, num artigo sobre Gramsci, de 2000. Diz ele:

Essas personalidades de esquerda parecem querer recusar liminarmente a única alternativa exequível à barbárie em que estamos cada vez mais envolvidos, ou seja [...] uma sociedade socialista. (COUTINHO, 2000, p. 174).

**Referências:**

AUTOR. Título da obra: subtítulo. Edição. Local (cidade) (espaço): editora, data. Número de páginas ou volumes. (Série). Notas especiais. Outras notas.

Exemplo:

SOARES, E. Saúde: epidemiologia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.187p.

**CRONOGRAMA**

Entrega do artigo: até 15 de agosto de 2020

Avaliação por pares: de maio a outubro de 2020

Publicação: dezembro de 2020